

Francisco Fernandes
J. Mendes Gomes

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 36

Aos vinte e dois dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e oitenta e sete, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro em primeira reunião da sessão ordinária de Dezembro, sob a presidência do Presidente Francisco Fernando da Encarnação Dias, Secretariado pelos Vogais António dos Santos Costa e Joaquim Luis Monteiro Mendes Gomes respectivamente Primeiro e Segundo Secretários eleitos, e com a presença dos Vogais Albertino Moreira de Oliveira, Jorge Manuel do Nascimento, Isidro Ferreira de Oliveira Fernandes, Maria Josefa Pimentel Martins Cipriano, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal, Elias de Oliveira Vieira, António Ferreira da Silva, Joaquim Arnaldo da Silva Mendonça, Fernando dos Santos Manata, Maria Antónia Corga Vasconcelos Dias Pinho e Melo, Fernando Augusto de Oliveira, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Gaspar Fernandes, Fernando Tavares Marques, Porfirio Vieira de Carvalho e Silva, Manuel Branco Pontes e Amandio Ferreira Canha Junior.

Pelas 21.00 horas o Presidente declarou aberta a presente reunião.

Verificaram-se as faltas dos Vogais José Carlos da Silva Neves, ✓ Carlos Vicente Ferreira, ✓ José Fernando da Silva Caldeira Betencourt, ✓ António José Valente, ✓ Manuel Simões Madail, ✓ Armando Manuel Dinis Vieira e ✓ Libério da Silva Santos. ✓

De seguida, o Presidente submeteu à discussão e vo-

Actas . 2 .
[Handwritten signature]

tação as seguintes actas que mereceram aprovação conforme se refere a seguir:

ACTA Nº 19 - Aprovada por quinze votos a favor e seis abstenções.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Manuel Tavares Duarte.

ACTA Nº 20 - Aprovada por dezasseis votos a favor e seis abstenções.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Carlos Alberto da Silva Jerónimo.

Ainda no uso da palavra, o Presidente deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais Fernando Tavares Marques, Carlos Manuel Natividade da Costa Candal e Libério da Silva Santos que foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomando a palavra, o Vogal Carlos Candal reportou-se ao Orçamento Geral do estado para dar nota de que os Municipios Portugueses, particularmente o Municipio de Aveiro, está realmente menos contemplado do que seria legitimo, na expectativa de um municipio em expansão, e até menos do que outros municipios, porque o Governo tem uma retracção das verbas para as autarquias se bem que se saiba que se propõe, caso a caso, a fazer contratos-programa sobre temáticas com municipios concretos, tese altamente discutivel porque desvaloriza o Poder Autárquico e tem em pouca conta o trabalho que as Autarquias vêm desenvolvendo a favor das populações como sustentáculo da democracia instaurada no " 25 de Abril " criando, ainda, o risco do favoritismo politico pois tenderá a mover-se por critérios discricionários e até porpoções de cor politica.

3.
[Handwritten signature]

Salientou, pois, que tais factos fazem recear, não o distrito em geral apesar de ter sido subalternizado substantivamente, mas particularmente o concelho de Aveiro que tem uma Câmara de maioria não afecta à linha ideológica e partidária do Governo.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Manuel Arede de Jesus e José Luis Rebocho de Albuquerque Cristo.

Prosseguindo na sua intervenção, o Vogal Carlos Candal deu nota de que se projecta uma iniciativa com bastante interesse e que se resume à concentração das forças vivas (Governadores Cívís, Deputados, Câmaras e Associações) da corda formada pelos distritos de Guarda, Viseu e Aveiro, formando-se uma caravana na cidade da Guarda com destino a Viseu vindo aquela marcha a terminar em Aveiro. Referiu pois que esta iniciativa será importante pois alertará para a realidade actual e para a perspectiva da congregação possível e recomendável dos concelhos dos três distritos antes referidos sob o ângulo de regionalização que um dia será feita.

Mais referiu que esta iniciativa é tão importante sobretudo porque está eminente uma solução relativamente ao I.P.5 (via-rápida de Vilar Formoso até Viseu e aí se bifurca para Aveiro-Porto de Aveiro e para Coimbra-Porto da Figueira da Foz) e que levanta algumas dúvidas sobre que ramal vai ter prioridade de execução alertando portanto que está a ser dada escandalosa prioridade ao ramal Viseu-Coimbra- Porto da Figueira da Foz. Contudo, formulou votos para que da referida marcha se possa alertar a opinião pública e os poderes constituídos.

Entretanto deram entrada na sala os Vogais Rogério da Silva Leitão e António Rocha Dias de Andrade.

Ainda no uso da palavra, o Vogal Carlos Candal teceu algumas considerações acerca da problemática das iluminações ornamentais da época natalícia, nomeadamente sobre o conjunto artistico que engalana a " Ponte Praça " e os custos que envolveram a sua construção pois, embora seja material que pode vir a ser utilizado por várias vezes e sem querer discutir de facto o seu valor, poder-se-ão considerar excessivos dado que há outros campos do municipio com carências de vária ordem.

Handwritten signature and scribbles at the top right of the page.

Aproveitou, ainda, a referência ao Natal para desejar, em nome do Grupo Socialista, um Natal feliz e um bom ano a todos os colegas e respectivas famílias.

Por fim, abordando a problemática da estrutura viária da cidade, sobre, a qual teceu longas considerações, salientou que a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, mesmo após a execução das obras de remodelação de que está ser alvo, continuará a ser uma artéria congestionada

Daí que, salientou, seja necessário encetar negociações com a C.P. e com os proprietários de uma propriedade existente no topo da Rua Comandante Rocha e Cunha, no sentido de se poder vir a rasgar o prolongamento daquela artéria no sentido do estacionamento da CP ali existente e que se constituirá, de imediato e sem quaisquer dúvidas, num trajecto alternativo à Av^{de} Lourenço Peixinho. Alertou, portanto, para a urgência de que se reveste tal medida sob pena de, por demoras injustificadas, poder ficar inviabilizada a solução por si denunciada.

Usou também da palavra o Vogal Carlos Jerónimo começando por salientar o êxito obtido pela realização da semana cultural da Junta de Freguesia da Vera-Cruz pois terá correspondido de forma assinalável a um desejo e às aspirações da população que ocorreu em massa às iniciativas levadas a cabo.

Outro aspecto que abordou refere-se à problemática do encerramento da Rua Combatentes da Grande Guerra ao trânsito automóvel perguntando porque motivo só se procedeu ao seu encerramento em metade do seu percurso, salientando que desta forma não será possível certificarmos se é eficaz ou não o seu encerramento. Ainda a propósito deste tema, perguntou se, por se verificar agora o seu encerramento, já foram encontradas as soluções alternativas de trânsito que possibilitem o encerramento definitivo daquela artéria ao trânsito, tornando-se extensiva esta pergunta ao projecto de reconversão da Praça Melo de Freitas.

Ainda no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo abordou a problemática existente em torno das casas de Santiago focada pela imprensa solicitando, por isso, esclarecimentos sobre a propalada polémica existente entre a Câmara e a Direcção de Saúde.

Therese
Sulley

Concluindo a sua intervenção e reportando-se à problemática da toponímia aveirense, nomeadamente à recomendação por si apresentada para que fosse atribuído o nome de José Afonso a uma rua da cidade, manifestou a sua ingenuidade por ter pensado que aquela proposta pudesse vir a ser considerada dado que se encontrava em elaboração um estudo sobre o tema. Salientou, porém, que a sua intervenção se dirige mais directamente ao facto de, apesar de ter sido feita recomendação por esta Assembleia não tenha sido contemplado no estudo recentemente realizado, o nome de Álvaro Neves para uma das ruas da cidade, pelo que solicitou esclarecimentos sobre os motivos que levaram à não inclusão do nome daquele cidadão.

De seguida, usou da palavra a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo que começou por apresentar um ligeiro protesto pela data escolhida para a presente sessão, dados os inconvenientes daí decorrentes por força da quadra que se atravessa. Considera ainda que dados os temas a tratar, a presente sessão deveria ter sido realizada há mais tempo e não deveriam estar a ser pressionados pelo tempo, critica que tem feito a esta Câmara Municipal e não deixará de fazer sempre que se esteja a trabalhar sob pressão.

Prosseguindo a sua intervenção, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo alertou, mais uma vez, para a ausência de iluminação no acesso ao CIFOP e à Universidade, alerta que só deixará de fazer depois que aquela situação seja reparada. Alertou, ainda, para a necessidade de que se reveste a revisão dos acessos junto do Pavilhão do Beira-Mar pois há enormes dificuldades no acesso ao pavilhão criadas pela construção da nova ponte.

Outro aspecto que abordou refere-se às obras de pavimentação da Variante (E.N. 109) pois o seu estado de conservação é precário sendo, portanto, imprescindível que se proceda à sua recuperação imediata. Solicitou também esclarecimentos sobre a forma como se pensa proceder à reparação das estradas abertas a nascente da mutilada passagem superior da Av. 25 de Abril já que o estado em que se encontram é apenas intransitável, sobretudo quando chove.

Abordando de seguida a problemática da cadeia, aquela Vogal solicitou esclarecimentos relativamente ao velho processo de transferência para local mais apropriado pois é inconcebível que a mesma esteja situa-

Aveiro. 6.
Santos
R

da no seio de uma zona universitária e residencial.

Concluindo a sua intervenção e no seguimento das considerações anteriormente tecidas pelo Vogal Carlos Candal, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo alertou para o perigo que a região de Aveiro corre, por apatia das pessoas, pois existem indicações de que a Região Agrária de Aveiro poderá vir a ficar substancialmente reduzida por força da integração de diversos concelhos do distrito de Aveiro quer na Região Norte (Braga) quer na Região Centro (Coimbra), situação que considera inaceitável face ao poder económico que representa a região de Aveiro no âmbito da agricultura. Concluiu, portanto, que deveria a Câmara tomar algumas iniciativas no sentido de dar o alerta junto das entidades mais interessadas na matéria.

O Presidente da Mesa, face ao protesto apresentado pela data escolhida para a presente sessão, deu nota de que só pôde convocar a Assembleia depois de ter recebido da Câmara os documentos referentes aos temas constantes na Ordem de Trabalhos, nomeadamente o Plano de Actividades e Orçamento. Reconhecendo embora que a época seja pouco propícia para levar a cabo reuniões desta natureza, chamou a atenção para o elevado número de presenças que se regista, facto de todo em todo assinalável por não ser habitual.

Imediatamente a seguir, tomou a palavra o Vogal Jorge Nascimento para, no seguimento das informações dadas pelo Vogal Carlos Candal relativamente à afectação de verbas do Orçamento Geral do Estado para as autarquias, referir que, se as medidas que o Governo pretende tomar (redução de verbas) fossem comuns a todos os municípios seria uma opção justa o que, de certa maneira, faria com que as críticas não fossem tantas. Porém, o que se sabe é que, por força da maioria que detem, o Governo tem vindo a tomar algumas medidas de favoritismo, nomeadamente quanto às autarquias afectas à mesma força partidária do Governo, quer seja na atribuição de verbas quer seja na execução de empreendimentos, área em que o Município de Aveiro tem vindo a ser bloqueado pela via burocrática.

Referiu pois, que há que accionar, através dos Órgãos legítimos, todos os mecanismos possíveis para obviar a estas situações.

Prestou de seguida algumas informações sobre o processo de apreciação do Regulamento Geral de Mercados e Feiras por parte da Comissão

7.
7.

que integra, bem como teceu alguns elogios à Câmara Municipal por força do agradável ambiente proporcionado à cidade na quadra natalícia através do sistema das iluminações decorativas que, sem dúvida, mereceu o seu elogio.

Usando de seguida da palavra, o Vogal José Luis Cristo teceu algumas considerações sobre as "guerras" que sempre se registaram entre Aveiro e a Figueira da Foz a propósito de variadíssimos e importantes empreendimentos a cargo do Estado, como por exemplo o Porto de Aveiro ou o Porto da Figueira da Foz, entre outros. Salientou que, sempre que foi chamado a intervir sobre tais questões, as opiniões por si emitidas davam nota de que o desenvolvimento de Aveiro deveria ser feito sem prejuízo da Figueira da Foz e que o desenvolvimento da Figueira da Foz deveria ser feito sem prejuízo de Aveiro, opiniões estas extensivas ao actual processo inerente aos Portos de ambas as cidades e seus acessos, ambos por si considerados necessários.

Contudo, não pode deixar de protestar contra as prioridades injustas que se estão a dar ao traçado Viseu - Coimbra - Figueira da Foz, pois que foi a Região de Aveiro aquela que primeiro reivindicou tal equipamento. Salientou, ainda, que o traçado Viseu - Aveiro é de inferior qualidade ao traçado Viseu - Coimbra, nomeadamente quanto às dimensões das respectivas faixas de rodagem. Considera, ainda, que as constatações feitas nas intervenções desta reunião estão ligadas ao mau relacionamento existente entre o Poder Local e o Poder Central, não apenas no aspecto relacionado com a Junta Autónoma das Estradas mas também com o Ministério das Comunicações. Ainda no âmbito das competências da Junta Autónoma de Estrada do Distrito de Aveiro, manifestou todo o seu apoio aos protestos levantados pela população de Albergaria por ter sido privada do anterior traçado constituído pela variante do Sobreiro como acesso a Aveiro, achando inconcebível e absurdo a acção levada a cabo pela J.A.E.. Outra crítica que dirigiu àquela entidade está ligada ao estado de conservação da variante (E.N. 109) acção que lhe compete desenvolver mas que, por força do seu péssimo estado, faz com que as críticas sejam dirigidas à Câmara Municipal e não se actue contra aquela entidade sempre que ocorrem acidentes nas estradas nacionais por força do seu mau estado de conservação.

Entretanto abandonou a sala o Vogal Fernando Tavares Marques.

Prosseguindo na sua intervenção, o Vogal José Luis Cristo apresentou outros aspectos em que é patenteado o mau relacionamento entre a Administração Central e a Administração Local, nomeadamente o problema existente em torno da urbanização de Aveiro com a localização da estação dos caminhos de

Hein . 8 .
[Handwritten signature]

ferro, pois a C.P. tem sido uma entidade sem abertura para a sua transferência para outras zonas mais indicadas. Referiu que as obras de reconversão que hoje se executam estão em ritmo muito lento e mal executadas porque não trarão grandes benefícios para a cidade de Aveiro. Manifestou ainda o seu apoio à sugestão apresentada pelo Vogal Carlos Candal no sentido do prolongamento da Rua Comandante Rocha e Cunha. Também entendeu que o processo inerente ao projecto dos acessos ao Porto de Aveiro é dos que demonstram o mau relacionamento existente entre a Administração Central e os interesses locais porquanto entende que o Governo deveria estudar outra solução alternativa, através das salinas, para defesa da ria em todos os aspectos nomeadamente no que diz respeito às potencialidades turísticas, económicas e ambientais, para além das próprias vantagens para o Porto de Aveiro e para uma eventual ligação a S. Jacinto.

Ainda no uso da palavra, o Vogal José Luis Cristo deu notícia dos contactos existentes entre um Instituto Holandês de fins científicos e a Universidade de Aveiro que levarão à assinatura de um protocolo com vista à construção em Aveiro, na zona da Universidade, de um Instituto de Investigação para dar cobertura no desenvolvimento das potencialidades da ria de Aveiro, nomeadamente na área da produção de peixe para o que se pensa incentivar os produtores locais no sentido de se criar uma sociedade para construção de uma maternidade, pelo que formulou votos para que aquele projecto se venha a concretizar rapidamente.

De novo no uso da palavra, a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo perguntou ao Vogal Jorge Nascimento se, para quem detem o poder cerca de cinquenta e um por cento da votação dos eleitores do País, em eleições livres, são ou não meios justos e adequados. Também esclareceu que para as autarquias locais é destinada uma percentagem do Orçamento Geral do Estado, igual para todas as autarquias conforme determina a Lei das Finanças Locais. Por fim, considerou que o Vogal Jorge Nascimento foi infeliz nos exemplos que apresentou quanto a projectos bloqueados pelo Governo porquanto quer o das piscinas quer o de Santiago são projectos de que se fala há já longos anos.

De novo no uso da palavra, o Vogal Carlos Jerónimo teceu algumas considerações sobre a problemática das "velhas guerras e discriminação de Aveiro", frisando que por diversas vezes tem feito referência à passividade com que a população aveirense vê serem-lhes retirados diversos projectos de infraestruturas indispensáveis para o desenvolvimento da região, pelo que alertou para a necessidade de se promover uma iniciativa muito forte (congresso, conferência, encontro, etc), que congregue as pessoas de Aveiro numa discussão e no apontar de caminhos para as opções de futuro. Salientou, pois, que tal iniciativa não poderá

António Norberto da Siva Correia

deixar de ser desencadeada senão pelos órgãos Autárquicos da região e com a participação de todos os organismos que pretendessem apresentar sugestões sobre tudo o que se enquadrava numa perspectiva de regionalização e na perspectiva nacional que se prende com Coimbra.

Entretanto deu entrada na sala o Vogal António Norberto da Siva Correia.

De imediato o Presidente deu por encerrado o período de antes da Ordem do dia, anunciando que se seguiria a intervenção do Presidente da Câmara para não só responder às questões levantadas como também para fazer a comunicação acerca da actividade municipal, cumprindo-se, assim, o ponto número um da agenda de trabalhos da presente reunião.

Tomando a palavra, o Presidente da Câmara começou por se reportar às considerações tecidas sobre as receitas das autarquias, para manifestar algumas das preocupações da Câmara por força da previsível redução de receitas que afectará as Câmaras Municipais já que nem todas receberão na base da mesma percentagem. Concretamente no que à Câmara de Aveiro respeita a receita prevista para 1988 é exactamente igual à anterior (não tem qualquer receita acrescida), facto que se traduz numa diminuição real da receita na medida em que as despesas correntes aumentam, cerca de seis e meio por cento.

Mais preocupante ainda considera ser a problemática inerente à receita proveniente do pagamento da sisa já que com a criação de isenções do seu pagamento em todas as transacções de valor até dez mil contos, que corresponde a um prejuízo para a Câmara de cerca de cem mil contos no ano de 1988.

Outra grande preocupação que evidenciou diz respeito à recusa do Governo em pagar a compensação indemnizatória aos Municípios que têm transportes urbanos, que corresponde à verba global de trezentos e cinquenta mil contos, que consta no orçamento do Estado por imposição da Assembleia da República. Salientou que tal recusa poderá levar as Câmaras afectadas à apresentação de uma acção contra o Governo para que lhes seja paga a referida compensação, que no que respeita à Câmara de Aveiro representa o valor de cinquenta mil contos.

Como notas preocupantes destacou ainda a ausência de planos anuais o que faz com que as Câmaras fiquem condicionadas ao poder discricionário puro, sem quaisquer regras estando sujeitas aos contratos programa, que por serem discricionários obriga as Câmaras a muitas cautelas e a tomar atitudes de mendicidade junto das entidades mais influentes para conseguir a execução de obras no seu concelho.

Aveiro 10
ON

Corroborou, de seguida, as críticas dirigidas ao troço da via rápida Aveiro - Viseu, nomeadamente quanto à sua configuração já que, quer as dimensões quer o seu perfil, não traduzem a importância de que se reveste, pelo que entende que será necessário começar a desencadear um processo para a construção de uma verdadeira estrada de ligação entre Aveiro e Viseu, cujo perfil seja igual ao do troço Albergaria - Porto de Aveiro, o qual já tem características de auto-estrada. No que se refere à problemática da Variante deu nota de que o problema, tal como outros, se arrasta há muito tempo embora já estivesse em plano uma verba de duzentos mil contos para o ano de 1987 mas o facto é que, sem que se saiba porquê, o projecto não só não evoluiu como ainda se registam algumas atitudes da Junta Autónoma de Estradas com as quais a Câmara não pode estar de acordo, nomeadamente quando aquela entidade endossa à Câmara as responsabilidades por acidentes ocorridos naquela estrada nacional que, segundo se consta, irá ser alvo de concurso para o seu arranjo desde Vagos até Angeja.

Relativamente às críticas dirigidas às iluminações públicas, deu nota de que a Câmara pretendeu introduzir em Aveiro o hábito e o espírito do Natal por se entender que é uma época importante e ainda como forma de se tentar criar uma tradição de Natal em Aveiro, a exemplo do que se verifica na Sociedade portuguesa.

Teceu de seguida algumas considerações sobre a questão levantada sobre a Urbanização de Santiago no que respeita à parte dos projectos de águas e saneamento, questão levantada pela Delegação de Saúde tendo a Câmara deliberado não respeitar as objecções levantadas por estarem a ser colocadas fora de tempo e de forma artificial.

No que respeita à problemática inerente ao futuro de Aveiro abordada pelo Vogal Carlos Jerónimo deu nota de que no Plano de Actividades se faz a abordagem daquela temática, nomeadamente na nota introdutória ao mesmo e na qual se dá conta das preocupações da Câmara sobretudo porque Aveiro está numa fase crucial sendo portanto preciso definir-se que tipo de desenvolvimento para Aveiro.

Para poder dar resposta a todas as questões entende que, conforme propõe no Plano, seria necessário criar-se uma comissão económica e social composta por várias entidades e organismos, em número limitado, que funcionaria como um segundo Conselho Municipal especializado para reflectir ao longo do ano sobre que modelo de desenvolvimento económico para Aveiro, numa altura em que se propõe também a elaboração do P.D.M., documento que vai colocar imensas ques-

Ther...
W. . 11 .

tões, porque abrangerá toda a área concelhia de Aveiro.

O Vogal Carlos Jerónimo tomou de novo a palavra para, no seguimento da sua anterior intervenção, dar nota de que a proposta apresentada para a realização de congressos, cursos ou conferências sobre toda a problemática de Aveiro, não com carácter de resolução mas numa abordagem geral deveriam anteceder os trabalhos da comissão a que se referiu o Presidente da Câmara, que podera assim colher as diversas opiniões e sugestões apresentadas e trabalhar aprofundadamente sobre cada aspecto tocado.

Retomando a sua comunicação, o Presidente da Câmara deu nota que, embora o acesso ao CIFOP seja claramente um arruamento urbano e cuja iluminação compete à EDP, foi celebrado um acordo, com cedência por parte da Câmara, no sentido de ser executada a instalação de iluminação pública naquela artéria, e ainda ao acesso ao interior do Seminário. Informou também que as obras inerentes ao alargamento da Rua da Pêga irão provocar uma ligeira alteração na Ponte situada junto do Pavilhão do Beira-Mar, alteração que poderá eventualmente contribuir para a correcção dos acessos àquele pavilhão.

Teceu ainda algumas considerações relativamente à problemática da Variante (E.N. 109), nomeadamente quanto à restauração do seu pavimento e colocação dos ramais de águas e saneamento na zona de Cacia, bem como relativamente ao projecto do N.º - Central de acesso a Aveiro, o qual terá ligação com a futura passagem superior da Avenida 25 de Abril e funcionará como alternativas de trânsito entre a zona norte e sul da cidade sem circulação pelo centro. Salientou, porém que o referido projecto do N.º - Central se encontra na Junta Autónoma de Estradas sem ter evoluído nos últimos seis meses apesar de ter sido a Câmara a elaborar o seu anteprojecto.

No que à temática da Cadeia respeita, reafirmou que aquele estabelecimento é de facto um insulto à cidade e à dignidade humana por não ter um mínimo de condições para os reclusos. Deu nota de que depois da visita que efectuou no Natal àquele estabelecimento juntamente com o Bispo de Aveiro, foi tomada uma decisão no sentido de se promover uma deslocação a Lisboa à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com convite ao Governador Civil

Shelley .12.
Supers
EN

do Distrito de Aveiro, para apresentarem as preocupações existentes sobre a questão, nomeadamente quanto à apresentação de soluções para a sua transferência para local mais apropriado.

No âmbito da anunciada transferência de Serviços de Aveiro para Coimbra deu nota de que a Câmara, ao ser alertada para o problema, solicitou e marcou uma entrevista com o Ministro da Agricultura, sem êxito já que o assunto foi endossado para o Secretário de Estado da Alimentação, que não é o Organismo indicado para apresentação das questões levantadas, nomeadamente para se apresentarem os protestos contra a centralização de Serviços em Coimbra e a consequente reivindicação da sua transferência para os locais onde anteriormente estavam instalados.

Teceu ainda algumas considerações sobre o traçado entre Albergaria e Aveiro da via rápida Aveiro-Viseu-Vilar Formoso, o qual já foi adjudicado mas não foi ainda consignado porque surgiram algumas questões ligadas ao meio ambiente que serão debatidas em Aveiro numa reunião onde estarão presentes diversas entidades, nomeadamente a Câmara municipal, a Secretaria de Estado do Ambiente e a Secretaria de Estado das Vias de Comunicação.

Usou de seguida da palavra o Vogal António Norberto Correia para solicitar esclarecimentos relativamente ao que se pretende fazer no Bairro Social do Caião, onde finalmente se iniciaram as obras de pavimentação dos arruamentos mas onde continua a faltar a iluminação pública. Ainda no âmbito dos melhoramentos do Bairro Social do Caião perguntou quais os prazos previstos para a execução dos melhoramentos antes referidos bem como se há quaisquer entraves quanto à questão da iluminação.

Quanto aos problemas existentes na Urbanização do Griné perguntou se de facto foram já adjudicadas as obras de melhoramentos a levar a efeito naquela Urbanização, tendo ainda solicitado esclarecimentos quanto à possibilidade de vir a ser instalada naquela zona uma Esquadra da Polícia de Segurança Pública.

De novo no uso da palavra, o Presidente da Câmara começou por dar nota de que qualquer dos Bairros Sociais referidos são obras

13 .
Sulley
W.

do Estado e não da Câmara que desenvolveu grandes esforços no sentido da sua efectiva construção, dado que na época o Estado fazia promoção directa de habitação, e sobre quem devem recair as responsabilidades inerentes à execução das infraestruturas, algumas das quais já executadas pela Câmara com custos no valor de 57 000 contos, tendo já sido tomada deliberação no sentido da realização de obras de pavimentação no valor de mais alguns milhares de contos e mais uma vez em substituição do Estado. Quanto ao problema da Urbanização do Griné, repete-se a mesma história já que para a execução de melhoramentos serão necessários cerca de vinte mil contos, que depois serão presentes ao Estado para reembolso. Saliu porém que ainda não há obras adjudicadas, apenas existem projectos para adjudicar em 1988, mas sem quaisquer pressões, embora a Câmara esteja sempre pronta e aberta para o diálogo.

Abordando a problemática do lançamento de instalações da Policia de Segurança Pública na Urbanização do Griné deu nota de que existe no orçamento uma verba de 45 000 contos destinada à restauração do antigo quartel dos bombeiros que servirão para o alargamento das actuais instalações da P.S.P.. Mais referiu que efectuou algumas diligências no sentido de que aquela verba não fosse utilizada para os fins referidos mas sim para o lançamento de novas instalações, tendo apresentado uma proposta de oferta de terrenos para os fins em vista na Urbanização do Griné, dados os enormes problemas existentes na área. Teceu ainda algumas considerações sobre a questão inerente às actuais instalações da PSP, dando nota de que a recuperação do antigo edifício do quartel dos bombeiros não é mais a solução ideal antes deveria ser demolido, bem como deveria o comando da PSP ser transferido para outras instalações destinando-se as actuais para outros fins.

De imediato, tomou a palavra o Vogal Carlos Candal para tecer duras considerações contra a perspectiva de recuperação das antigas instalações dos bombeiros, tendo apresentado uma moção onde propõe que aquele edificio seja tão somente demolido.

De imediato usou da palavra o Vogal José Luis Cristo para manifestar o seu total apoio à moção apresentando contudo, sugestão

M. Silva . 14 .
F. Silva
V.

no sentido de que naquele documento se levantasse um protesto contra o facto do Ministério da Administração Interna continuar a admitir que as actuais instalações da PSP constituem a solução definitiva, não se movimentando no sentido da procura de outras soluções.

Usou também da palavra o Vogal António Ferreira da Silva para dar nota que concorda com a moção apresentada embora pense que esteja em falta a fundamentação da recusa do Ministério da Administração Interna quanto à localização da esquadra da PSP noutra zona da cidade, tanto mais que aquele Ministério tem uma verba destinada à restauração do edifício contíguo às suas actuais instalações.

Seguiu-se breve troca de impressões, após o que o Presidente da Câmara informou que ao Ministério da Administração Interna foi comunicado que seria feito um mau investimento se se mantivesse a tese da recuperação das antigas instalações dos Bombeiros porquanto não seriam resolvidos, definitivamente, os problemas das instalações da PSP, tendo sido apresentada proposta no sentido da aplicação da verba orçada num projecto definitivo com o qual a Câmara colaboraria. Contudo, a proposta não só não teve acolhimento como ainda informou o Ministério não haver alternativas.

Após os esclarecimentos prestados, o Vogal António Ferreira da Silva considera que a moção deverá ser mais incisiva do que de facto é , na qual deverão ser explicados os factos.

Imediatamente a seguir tomou a palavra o Vogal Carlos Jerónimo para declarar a sua adesão à proposta de preservação do espaço preenchido pelas antigas instalações dos Bombeiros, manifestando de igual modo o seu parecer quanto ao teor da moção, nomeadamente quanto ao facto de não serem feitas referências às carências de instalações da PSP e à consequente necessidade de instalações condignas e, ainda, ao apoio que a Câmara se propõe prestar na procura de soluções.

O Vogal Gaspar Fernandes apresentou sugestão no sentido de ser estudada a possibilidade de colocação da PSP nas actuais instalações da GNR transferindo aquela força para uma zona melhor enquadrada com a sua missão, nomeadamente na zona rural do concelho.

Handwritten signature and initials

De imediato, o Presidente submeteu à votação a moção que se transcreve " A Assembleia Municipal delibera recomendar à Câmara Municipal que a nenhum título consinta que no antigo quartel dos "Bombeiros Velhos de Aveiro " sejam feitas quaisquer obras de conservação ou, muito menos, de recuperação ou valorização, susceptíveis de - directa ou indirectamente - atrasarem, mínimamente que seja, a demolição de tal edifício, que se impõe a vários títulos, no interesse da cidade de Aveiro. Aveiro, 22/12/1987 - Carlos Candal " , tendo aquela merecido aprovação por vinte e quatro votos a favor e três abstenções.

O Vogal Carlos Jerônimo tomou a palavra para fazer a seguinte declaração de voto: " Abstive-me na votação embora estando inteiramente de acordo com o teor da moção apresentada mas pensando que ela está incompleta por não prever as alternativas que se impõem para a instalação da Polícia de Segurança Pública ".

Também fez declaração de voto a Vogal Maria Antónia Pinho e Melo, que se transcreve: " Abstive-me porque considero que a exposição feita pelo Presidente da Câmara não foi suficientemente clara para me permitir tomar uma decisão sobre o assunto ".

Seguidamente, o Vogal Jorge nascimento tomou a palavra para proceder à apresentação da seguinte moção: " Considerando que aos 5 Municípios dotados de transportes colectivos públicos tem anualmente atribuída indemnização compensatória em termos de equiparação com as despesas públicas de transportes; - Considerando que o subsídio deste ano ao Município de Aveiro monta a cerca de 50 000 000\$00; - Considerando que o Governo se recusa a efectuar o respectivo pagamento o que compromete financeiramente a gestão do Município, designadamente quanto à melhoria da qualidade de transportes. A Assembleia Municipal de Aveiro protesta contra tal recusa e reclama o pagamento ao Município da apontada indemnização. "

O Vogal Carlos Candal tomou a palavra para sugerir que da moção seja dado conhecimento à Comissão de Economia da Assembleia da República.

W

Após breve troca de impressões, foi aquela moção submetida à votação tendo merecido aprovação por vinte e três votos a favor e quatro abstenções.

O Vogal Manuel Gaspar Fernandes fez a seguinte declaração de voto: " Eu abstive-me porque entendo que de facto deveria ser o tema debatido em reunião com a presença do Secretário de Estado da área para apuramento das razões que levam o Estado à recusa do pagamento das indemnizações compensatórias ".

A Vogal Maria Antónia Pinho e Melo fez a seguinte declaração de voto: " Penso que se está uma verba de 350 mil contos no Orçamento Geral do Estado do ano transacto, destinada para as Câmaras, o Governo não vai desviar a verba para fins diversos dos projectados sem que haja razões, que não nos foram aqui apresentadas ".

Dado o adiantamento da hora, o Presidente deu por encerrada a presente reunião.

Eram 0.15 horas do dia 23.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários, nos termos legais.

Wacimbo
[Signature]